

## A LEITURA DOS TEXTOS FILOSÓFICOS

Jorge Alberto Molina<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho está dividido em duas partes. Na primeira dissertamos sobre a possibilidade de obter uma caracterização dos textos filosóficos que permita distingui-los de outros tipos de textos. Na segunda parte nos ocupamos das dificuldades de compreensão que podem ser encontradas por diferentes tipos de leitores. ao tentar entender uma argumentação filosófica.

**Palavras-chave:** Filosofia. Argumentação. Argumentação filosófica.

### INTRODUÇÃO

Nesta breve exposição, teceremos algumas reflexões sobre a leitura e a compreensão dos textos filosóficos. Como é óbvio, deveremos considerar os dois pólos dessa relação que é a leitura: o texto e o leitor. Entretanto, esses dois pólos são em grande medida difusos desde que é difícil caracterizar com exatidão, como veremos adiante, o que é um texto filosófico e o que seria um suposto leitor de textos filosóficos. Podemos contudo afirmar, agora, certas coisas de senso comum. Sabemos que toda pesquisa exige, para poder ser desenvolvida, um recorte do objeto estudado. Se não fosse assim, isto é, se considerarmos todas as possíveis relações do fenômeno analisado com outros objetos, e se levarmos em conta todas as variáveis em jogo, a investigação se tornaria impossível. É claro que muitas vezes esse recorte pode resultar arbitrário e, de fato, a única defesa que se pode avançar em favor desse procedimento de simplificação é de tipo pragmático. Se, ao eliminar determinados aspectos e relações do fenômeno estudado, considerando algumas variáveis relevantes, e outras sem importância, damos origem a uma investigação fecunda, então o nosso recorte estará justificado.

Levando em conta aquelas considerações que nos fazem cientes da ineludível vaguidade das conclusões que podem ser obtidas sobre o tema de nossa exposição, desenvolveremos o tema da leitura dos textos filosóficos em

duas partes: na primeira parte dissertaremos sobre a possibilidade de obter uma caracterização positiva que diferencie os textos que chamamos filosóficos de outras classes de textos. Na segunda parte tentaremos determinar a origem dos obstáculos mais gerais para a compreensão de um texto filosófico. Referiremo-nos aos leitores de textos filosóficos, apresentando uma tipologia deles que não se pretende exaustiva. Aquela tipologia será gerada considerando diferentes variáveis: se o autor do texto filosófico e seu leitor são ou não são contemporâneos, se ambos pertencem ou não à mesma comunidade filosófica, e se o leitor é ou não é um especialista em Filosofia. Não ousaríamos afirmar que todos os leitores de Filosofia possam ser agrupados debaixo dos tipos aqui considerados. Mas pensamos que, a partir da análise daqueles tipos, poderemos começar a construir os elementos básicos para uma investigação mais ampla. Um tipo, para nós, é uma construção teórica, e daremos a essa construção o mesmo sentido que lhe deram Max Weber e Carl Jung. É claro que uma mesma pessoa pode pertencer a tipos diferentes de leitores. Assim se supormos que o leitor tem formação filosófica, ao ler um texto de um filósofo contemporâneo pertencerá a um tipo, e ao ler um autor do passado, a outro tipo. Aquela tipologia nos será necessária para tratar das possíveis dificuldades que possam ser encontradas agora por grupos específicos de leitores ao tentar entender os argumentos filosóficos. “Entender um argumento filosófico” significa: saber quais são as teses que se trata de defender, reconhecer as premissas, fatos ou valores aceitos a partir dos quais se raciocina, identificar contra quais autores ou teses se argumenta, saber a quem ou a qual grupo se busca convencer, perceber os elos entre as premissas e a conclusão de um argumento, justificar os nexos inferenciais.

Devemos salientar também que nos textos filosóficos, como em todo texto argumentativo, os argumentos não se encontram isolados. Uma conclusão obtida serve como suporte, como premissa de uma nova argumentação e assim por diante. Isso nos permite falar de uma “ordem das razões” dentro do texto, dada pela interação de diferentes argumentos.

### PRIMEIRA PARTE

Queremos aqui caracterizar aquelas produções textuais que classificamos como textos de Filosofia. Num romance, como *Madame Bovary*, os personagens são seres humanos, reais ou fictícios, como Ema Bovary, Monsieur Homais, o Doctor Bovary, etc. No texto filosófico os personagens são as teses defendidas. Essas teses estão apoiadas sobre argumentos. O texto filosófico é um texto de tipo argumentativo. Mas essa é ainda uma caracterização muito geral, pois um ensaio sociológico, um editorial de jornal, um sermão, são tam-

bém textos argumentativos. De maneira que essa descrição é insuficiente, a menos que precisemos, com mais exatidão, quais são os traços específicos da argumentação filosófica. O que dificulta ir além daquela caracterização muito geral é o fato de o discurso filosófico manifestar-se através de uma grande variedade de gêneros textuais diferentes<sup>2</sup>.

Antes de Sócrates, a Filosofia usou como forma de expressão a poesia, e ainda no período romano-helenístico encontramos *De rerum natura*, de Lucrecio, como exemplo de poema filosófico. Platão e também Aristóteles usaram o diálogo como veículo para expressar suas idéias. O diálogo filosófico está presente até na Idade Moderna, lembremos por exemplo o *Diálogo sobre a conexão entre as idéias e as palavras*, de Leibniz, e os *Três diálogos entre Hylas e Filonius* de Berkeley. As cartas têm servido como instrumento de expressão de idéias filosóficas. Podemos citar exemplos célebres como a correspondência entre Leibniz e Clark sobre a natureza do espaço e do tempo, a correspondência entre Leibniz e Arnauld sobre a noção de substância, as cartas a Lucilo de Sêneca, etc. A autobiografia tem sido usada para expressar concepções filosóficas, assim *As Confissões* de Santo Agostinho e as de Rousseau. Os filósofos também se apropriaram do gênero apologético e, como mostra disso, encontramos a *Apologia de Sócrates*, de Platão, *A Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, e *Os pensamentos*, de Pascal. O tratado científico foi introduzido por Aristóteles como gênero textual para a expressão de filosofemas. Existem também textos filosóficos formados a partir de aforismos como o *Tractatus*, de Wittgenstein. Face a essa grande variedade de gêneros textuais usados pelos filósofos, nos perguntamos sobre a justificativa para colocar produções pertencentes a gêneros tão diferentes, sob o rótulo comum de texto filosófico.

Aquela questão é também uma pergunta pela unidade da Filosofia. Têm sido dadas diferentes respostas. Uma forma de responder consistiria em apelar a Wittgenstein, dizendo que todas aquelas produções textuais que nós classificamos como textos filosóficos têm um ar de família comum. O conceito “texto filosófico” seria tão ambíguo como o conceito “jogo”. Não poderíamos defini-lo com precisão. Aliás, o mesmo é possível dizer do conceito “texto literário”, e toda tentativa de definir aquilo que torna um texto, um texto literário, isto é, sua literalidade, enfrentará as mesmas dificuldades que agora encontramos ao tentar caracterizar os textos filosóficos. “Texto literário” e “texto filosófico” são dois conceitos cujos limites não são precisos.

Uma outra possível forma de responder a nossa pergunta sobre a especificidade do texto filosófico é afirmar que são aqueles que discutem tópicos que já têm sido objeto de debate no seio de uma tradição chamada de tradição filosófica. Assim diríamos que *O ser e o nada*, de Sartre, é um texto filosófico pelo fato de ocupar-se de tópicos que já foram analisados por Hegel,

Aristóteles, Platão, etc. Na verdade, as duas últimas respostas são, em grande parte, corretas. Porém nenhuma delas possibilita caracterizar positivamente o que é um texto filosófico. Como classificaríamos o *De Rerum Natura*, de Lucrecio: como um texto literário ou como um texto filosófico? Onde colocaríamos os *Pensamentos* de Pascal, dentro da Filosofia, da Literatura ou da Teologia? A pertença a uma ou outra disciplina, a Literatura ou a Filosofia, vem determinada pela tradição, mas também por um conjunto de normas que regem as instituições de ensino, e pelas grades curriculares dos diferentes cursos universitários, fatos que explicam porque a um estudante de Letras Clássicas seja exigida a leitura de obras de Sófocles, Homero, ou Eurípidas, mas não a do *Parmênides*, de Platão.

Podemos, então, afirmar o seguinte: parece difícil apontar *a priori* um conjunto de marcas necessárias e suficientes que outorguem uma especificidade ao texto filosófico. Não podemos definir o texto filosófico por meio de uma cláusula do tipo “texto filosófico é ABC.. e somente aquilo que seja ABC... poderá ser chamado de texto filosófico”. No entanto, pensamos que, malgrado a impossibilidade de definir diretamente o que é um texto filosófico, podemos obter luz sobre o nosso tema, comparando o discurso filosófico com outros tipos de discursos: o científico, o jurídico, o teológico e o literário.

Separar a Filosofia das ciências exatas como a Matemática, a Física e a Química parece fácil. Em primeiro lugar, as produções textuais científicas são escritas, em grande parte, numa linguagem artificial, cujo significado só é conhecido por aqueles que se dedicam a essas disciplinas. Pelo contrário, o texto filosófico é escrito nas diferentes línguas naturais. Além disso, a definição dos conceitos que na Filosofia é um ponto de chegada, naquelas ciências é um ponto de partida. Abramos, por exemplo, qualquer diálogo de Platão, e veremos que, nesses textos, Sócrates procura obter como resultado das discussões com seus interlocutores uma definição precisa de conceitos tais como “justiça”, “virtude”, “conhecimento”. Na maioria desses diálogos platônicos o resultado não é concludente. Pelo contrário, se abirmos um de texto sobre aquelas ciências nomeadas acima, veremos que aquele se inicia pela definição de conceitos específicos da área, por exemplo, “função”, “átomo”, “molécula”, etc. As ciências diferem da Filosofia pelo fato de que seus conceitos têm uma definição precisa, ao passo que os conceitos filosóficos têm seu significado dado pelo seu uso, nas situações cotidianas de fala. Assim Euclides definiu, nos seus *Elementos*, Livro I, triângulo como “[...]figura contida por três linhas[...]”. E todos os matemáticos, ao falar de triângulos, associam com essa palavra o mesmo significado que Euclides já tinha dado para ela. Pelo contrário, quantos significados diferentes têm sido dados na História da Filosofia para a palavra “idéia”! Mas, se examinarmos nossas falas cotidianas perceberemos que nós também associ-

amos com essa palavra significados diferentes: “Tenho uma idéia: vamos fazer tal e tal coisa para seduzir o mercado”, aí “idéia” significa plano, estratégia; “as idéias de Einstein sobre o espaço e o tempo”, nesse caso idéia significa concepção; “o aluno não tem idéia da matéria”, aqui “idéia” significa noção.

A Teologia e o Direito têm em comum com a Filosofia o fato de ambos usarem as diferentes línguas naturais. Mas, nessas disciplinas, as premissas e as conclusões dos seus arrazoados podem ser sempre confrontadas com um conjunto de textos canônicos (já sejam eles textos sagrados, ou códigos de leis) e com comentários sobre esses textos canônicos (comentários sobre a Sagrada Escritura, Jurisprudência). Isto é, existe, nas duas disciplinas, um *corpus* textual que serve como instância última para dirimir controvérsias dentro delas. Na Filosofia não temos nada de semelhante, se excetuarmos aquele período da Escolástica tardia quando, além da Bíblia, também se tornaram textos canônicos os escritos de Aristóteles.

Diferenciar a Filosofia da Literatura é mais difícil, e tememos que qualquer critério de demarcação que seja dado entre as duas disciplinas, possa ser sempre impugnado. Platão considerava que a Poesia busca comover e que a Filosofia procura a verdade<sup>3</sup>. O bom poeta, segundo ele, é aquele que sabe provocar em nós as emoções apropriadas. Aristóteles considerava o discurso poético como aquele que representa coisas fictícias como possíveis, enquanto a Filosofia é um discurso que expressa o que é, da forma que ele é. Ou, dito de outra forma, o discurso filosófico descreve como é o que existe<sup>4</sup>. Hegel considerava que a arte representa o universal sob a forma da sensibilidade, ao passo que a Filosofia representa o universal sob a forma de conceito<sup>5</sup>. Agamêmnon representa a *hybris* ou desmesura comum a vários governantes; Antígona e Creonte, o conflito entre a razão de estado e a piedade familiar; Dom Quixote, o espírito sonhador e aventureiro. Personagens da literatura representam conceitos ou situações universais. Então, baseados naqueles três filósofos, podemos dizer que o discurso literário se diferencia do filosófico pelo fato que: i) ele busca suscitar em nós emoções; ii) ele tem um caráter fictício; iii) ele representa situações universais (o universal) sob a forma de um conjunto de representações individuais.

O resultado de nossa busca é o seguinte: buscávamos identificar uma especificidade do texto filosófico para, a partir daí, dissertar sobre sua compreensão. Vimos que não é possível caracterizar essa especificidade através de uma definição explícita que desse as condições necessárias e suficientes para que, dado um determinado texto, pudéssemos classificá-lo como texto filosófico ou não. Na falta dessa caracterização positiva, seguimos uma via negativa dizendo o que o texto filosófico não é, e por que ele se distingue do texto científico, jurídico, ou literário.

Mesmo estando cientes da impossibilidade de definir a essência dos textos filosóficos, tentaremos dizer algo mais preciso sobre eles. Pensamos que a maioria dos discursos filosóficos ou têm um caráter autofundante ou têm um caráter crítico. A idéia da Filosofia como ciência que se dá a si mesma seus fundamentos vem de Aristóteles. Na visão desse filósofo, a Metafísica ou Filosofia primeira aparece como a ciência das primeiras causas e dos princípios de todas as ciências. Mas, ao mesmo tempo, a Filosofia discute seus próprios princípios. Assim, na *Metafísica*, Aristóteles disserta o princípio de contradição<sup>6</sup>. A Filosofia assim entendida rivaliza com a ciência contemporânea, que a partir do desenvolvimento das ciências cognitivas também se apresenta como um discurso autofundante, uma vez que a própria mente que conhece e compreende o mundo passou a ser objeto de estudo científico.

No entanto, enquanto o fundamento de uma teoria científica se encontra fora do discurso científico, na adequação ao que observamos na experiência, nos fenômenos, sejam eles simplesmente observados ou provocados no laboratório, os fundamentos do discurso filosófico se encontram dentro dele. É claro que, como todo discurso, o filosófico está submetido a determinadas condições de produção, sejam elas históricas, religiosas, sociais. Também devemos levar em conta as limitações que decorrem da natureza do gênero textual escolhido para expressar esse discurso e do auditório ao qual ele se dirige. E, aqui, encontramos uma contradição entre as condições de autonomia que todo discurso filosófico reivindica, e os constrangimentos externos ao qual está submetido como qualquer produto cultural pertencente a uma época determinada.

A concepção da Filosofia como um discurso crítico tem sua origem em Kant, mas passou por sucessivas reformulações. Nessa concepção crítica, a Filosofia não é um saber sobre objetos determinados, ou sobre a objetividade em geral, mas sobre a forma como lidamos com o mundo. Essas maneiras de abordar a realidade são: a ciência, a linguagem, a religião, a arte e o pensamento mítico-religioso. A Filosofia abandona a pretensão de deduzir a ciência a partir dos seus princípios, de justificá-la, e passa a aceitá-la como um fato cujas condições de possibilidade é tarefa da Filosofia pesquisar. No século XX, aquela função crítica da Filosofia adotou várias faces: Filosofia como exame da linguagem científica, Filosofia como exame das condições de uso das expressões da linguagem ordinária, Filosofia como teoria crítica da sociedade, etc. Em todos estes casos, “crítica” significa aproximadamente exame das condições que tornam possível um fato, seja esse fato a ciência, a ideologia, ou o uso significativo da linguagem. Não é mais tarefa da Filosofia deduzir esses fatos a partir dos seus princípios: eles estão aí e não podem ser deduzidos a partir dos primeiros princípios da Filosofia.

Para realizar sua tarefa autofundante ou seja, para realizar sua tarefa

crítica, a Filosofia tem que proceder a um exame dos conceitos mais básicos como “ser”, “conhecimento”, “verdade”, “tempo”, etc. E veremos a seguir o que significa isso para a compreensão de um texto filosófico.

## SEGUNDA PARTE

Muitos filósofos têm escolhido para expor suas reflexões, alguma destas duas formas de organização textual: a exposição forense e a exposição *more geometrico*. Os que aceitam o modelo forense, Kant é um exemplo deles, têm falado do tribunal da Razão. O filósofo seria ora um advogado que defende uma tese, ora um promotor que ataca outra tese. Perante quais juízes? Perante a Razão. Entretanto os juízes julgam a partir das leis, que estão codificadas. A partir de quais leis julgaria a Razão? A partir das leis da Razão. Mas o problema é que as leis da Razão não estão dadas num código, como as leis civis, comerciais ou penais. É tarefa da Filosofia reconhecer, inventariar e aplicar essas leis. Enquanto que num processo judicial a lei está aí já dada para que o juiz a aplique, o juiz da Filosofia, que é a Razão, tem como tarefa reconhecer e explicitar suas próprias leis a partir das quais vai julgar sobre as diferentes teses filosóficas em disputa. O próprio discurso filosófico cria as condições de sua autovalidação. Essa circunstância outorga ao discurso filosófico aquele caráter autofundante do qual já falamos. Dessa forma, a reflexão sobre os princípios da Filosofia acaba sendo parte da Filosofia.

Na busca daquela autonomia, a Filosofia discute conceitos básicos como “ser”, “tempo”, “existir”, “verdade”. A dificuldade para compreender o discurso filosófico decorre do fato de que quanto mais básico é um conceito, temos menos coisas sobre as quais nos apoiar para discuti-lo. Assim todos nós entendemos o significado de expressões como “faz tempo que não chove”, “falta pouco tempo para terminar a aula”, “o tempo foge”, e usamos essas expressões nas nossas falas. No entanto, se formos questionados sobre o que é o tempo, entraríamos em dificuldades para responder, e só poderíamos dizer com Santo Agostinho: “O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se quiser explicá-lo a quem me fizer a pergunta, já não sei.”<sup>7</sup>

Aqueles que não quiseram cair nessas profundezas, estiveram tentados pelo modo de exposição geométrico dos quais a *Ética* de Espinosa e o *Aufbau* de Carnap são exemplos. Nesse tipo de exposição os conceitos estão definidos desde o início com grande clareza, determinadas afirmações pela sua evidência são consideradas como axiomas, e os demais enunciados filosóficos são deduzidos a partir dos axiomas e definições por meio das regras de inferência, cujo inventário é tarefa da Lógica fazer. Mas quais seriam esses axiomas filosófi-

cos? Dado que sabemos, desde a crítica de Leibniz a Descartes, que a evidência não é mais que um critério subjetivo, como escolher aqueles axiomas? E o que acontece com as regras de inferência? Por acaso não é também a Lógica uma disciplina filosófica? Podem aquelas regras ser aceitas sem discussão? Claro que não, como lemos em tantos autores de Filosofia da Lógica<sup>8</sup>. E, por outro lado, quais são as relações entre os conceitos estritamente definidos do sistema axiomático filosófico (“Deus”, “substância”, “extensão”, por exemplo, no sistema de Espinosa) e o significado daqueles conceitos nas nossas falas? Afinal nessa Filosofia axiomatizada de que se estaria falando?

Uma outra dificuldade para a compreensão de um texto filosófico advém de que nesses textos estão presentes diferentes ordens, que resultam difíceis de reconhecer através dos recursos usuais que fundamentam a coesão textual. Podemos identificar a ordem dos tópicos tratados, a ordem das razões e a ordem causal. Sabemos que a coesão textual é obtida através de dois procedimentos: um procedimento de repetição, que nos permite referir-nos a coisas já anteriormente tratadas (para isso usamos expressões do tipo “como dissemos antes”, “como desenvolvemos em primeiro lugar”, “como foi tratado no capítulo anterior”, etc.) e um mecanismo de progressão que permite introduzir novos temas (usamos com esse fim expressões do tipo, “a seguir”, “como veremos adiante”, etc.). Esses mecanismos operam sobre a ordem da exposição.

Como Descartes nos faz lembrar nas *Respostas às segundas objeções*, a ordem das razões, ou ordem lógica, não coincide nem com a ordem das matérias tratadas, nem com a ordem causal. Um mesmo tema filosófico pode aparecer em diferentes partes de um texto. Assim, nas *Meditações metafísicas* de Descartes, a questão da distinção entre a alma e o corpo aparece na Segunda Meditação e depois na Sexta Meditação. Na ordem das razões, o que, desde um ponto de vista estritamente lógico é conclusão, pode aparecer na ordem causal como princípio. Assim, voltando às *Meditações metafísicas*, na ordem das razões o *cogito* aparece antes da prova da existência de Deus: na ordem causal Deus vem antes do *cogito*, pois ele é causa de minha existência.

A existência de diferentes ordens dentro de um texto filosófico acarreta uma dificuldade na leitura, no sentido de dificultar a identificação da referência dos marcadores de coesão textual. Quando se usam expressões do tipo “em primeiro lugar”, “depois” etc., qual é a ordem referida? Vimos que para que um texto seja coeso deve haver referência ao que já foi tratado, mas também ao que será depois abordado. Mas essa ordem da exposição não coincide necessariamente com a ordem dadas pelas inferências, sejam elas lógicas ou causais, entre as diferentes proposições filosóficas.

Agora, quem são os leitores de textos filosóficos? Poderemos dar uma caracterização deles? Como abordar esse assunto? Quais são as dificuldades

que encontram, a maioria das vezes, na compreensão do que lêem? À primeira vista pareceria que essas perguntas deveriam ser respondidas através de uma pesquisa de tipo empírica. E uma pesquisa dessa classe é legítima. A nossa abordagem que aqui é bastante apriorística não pretende substituí-la.

Um primeiro tipo de leitor que podemos considerar é definido a partir da situação seguinte: autor e leitor são contemporâneos, e pertencem à mesma comunidade filosófica. Ambos compartilham um vocabulário comum e uma mesma concepção sobre como fazer Filosofia. Em princípio estaríamos aqui numa situação ideal. Autor e leitor podem divergir em relação à verdade das teses propostas, mas o significado delas é claro para os dois.

Um segundo tipo de leitor é aquele que faz parte da seguinte situação: autor e leitor são contemporâneos, mas pertencem a comunidades filosóficas diferentes, é o caso quando um filósofo analítico lê o texto de um filósofo continental ou vice-versa. Nessa situação poderia haver incompreensão em relação ao significado das teses defendidas. Autor e leitor estão dentro de paradigmas conceituais divergentes. Aqui as dificuldades na compreensão podem fazer com que um mesmo termo possua significados diferentes dentro de esquemas conceituais filosóficos divergentes. Assim, por exemplo, o termo “intencionalidade” têm significados diferentes na tradição fenomenológica e na filosofia analítica da mente.

Um terceiro tipo de leitor é aquele dos homens cultos que não são especialistas em Filosofia e que abordam a leitura de algum dos filósofos contemporâneos. Neste caso, as dificuldades de compreensão podem decorrer da falta de informação do leitor sobre a especificidade dos problemas tratados.

Os leitores do primeiro tipo têm a possibilidade de interagir com o autor, discutindo em congressos ou revistas as teses propostas por aquele. No caso dos leitores dos outros dois tipos, ainda que a interação direta não seja sempre possível, pelo menos compartilham com o autor uma cultura comum, pelo fato de serem contemporâneos.

Um quarto tipo de leitores é aquele que examina um texto produzido por um autor com o qual o leitor não pode interagir, pelo fato de ser um autor de uma outra época. No quadro que estamos esboçando, o autor não interage com o leitor, no sentido de que ele não pode responder às dúvidas levantadas pelo leitor sobre determinada tese ou sobre a compreensão de determinado trecho do texto. Esta é a situação na qual se encontra um leitor contemporâneo da *República* de Platão, das *Meditações metafísicas* de Descartes, ou de qualquer outro texto de um filósofo do passado. O leitor tem que “fazer falar” o texto, pois o autor está definitivamente mudo. Tudo o que o leitor pode saber sobre o pensamento do autor estudado é sabido através desse e de outros textos que aquele escreveu. É claro que o nosso leitor ideal poderia ser auxiliado por meio de

comentários escritos, seja por seus contemporâneos, por outros autores do passado, ou até por autores que viveram numa época muito próxima daquela do autor analisado. Mas esses meios são auxiliares e nada substitui a leitura da obra original.

A compreensão dos textos do passado se apresenta como uma tarefa ao mesmo tempo fascinante e complexa. Demanda, por parte do leitor, uma grande variedade de conhecimentos e competências. Assim, ao perscrutar um texto filosófico do passado é requerido, para seu entendimento, o conhecimento do pensamento da época, do seu vocabulário filosófico e, em muitos casos, parece imprescindível o domínio da língua na qual aquele texto foi escrito. Por outro lado, são requeridas determinadas habilidades: por exemplo a habilidade de estruturar o texto, de reconhecer as diferentes ordens presentes nele, e de identificar as diferentes cadeias argumentativas, além da habilidade de dar sentido presente àquele conjunto de problemas do passado, traduzindo-o em termos contemporâneos.

Em geral, vale para o texto filosófico o que vale também para muitos outros gêneros textuais. Cada nova leitura nos permite aprofundar sua compreensão, nos permite ver novos aspectos que até então tínhamos negligenciado. É por isso que leitura e entendimento de um texto filosófico são tarefas que nunca acabam.

## THE READING OF PHILOSOPHICAL TEXTS

### ABSTRACT

In this paper two topics are considered. Firstly, our aim is to identify which aspects of philosophical texts would allow us to distinguish this kind of texts from others. Secondly, we deal with the difficulties encountered by different types of readers when they try to understand a philosophical argumentation.

**Keywords:** Philosophy. Argumentation. Philosophical argumentation.

### NOTAS

- <sup>1</sup> Doutor em Lógica e Filosofia da Ciência pela UNICAMP, professor do Departamento de Ciências Humanas e docente do Mestrado em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.
- <sup>2</sup> Estou usando a distinção entre gêneros e tipos textuais apresentada em Marcuschi (2002).
- <sup>3</sup> *República* X, 605d-607d.
- <sup>4</sup> “Pelo exposto se torna óbvio que a função do poeta não é contar o que aconteceu mas

que poderia acontecer, o que é possível, de acordo com o princípio de verossimilhança e da necessidade” (*Poética*, 51a 36-51b 11). “ Deve preferir-se o impossível verossímil ao possível inverossímil” (*Poética*, 60a 27).

<sup>5</sup> “[...]a função da arte consiste em tornar a idéia acessível à nossa contemplação, mediante uma forma sensível e não na figura do pensamento e da espiritualidade em geral[...]” Hegel (1993), p.47

<sup>6</sup> *Metafísica* livro IV, 3,4,5

<sup>7</sup> *Confissões*, p. 278.

<sup>8</sup> Haack (2002, ps 207-212).

## REFERÊNCIAS

ARISTOTELES. *Poética*. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

\_\_\_\_\_. *Metafísica* Edição trilingüe por Valentin Garcia Yebra. 2 edição. Madri; Gredos, 1982.

HAACK, Susan. *Filosofia das lógicas*. São Paulo: UNESP, 2002.

HEGEL, G.W *Estética*. Trad. Álvaro Ribeiro e Orlando Vitorino. Lisboa: Guimarães Editores, 1993.

MARCUSCHI, Luiz Antônio: Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: PAIVA, Dionísio; MACHADO, Anna Rachel (Orgs). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

PLATÃO, *República*. Trad Conrado Eggers Lan. Madri: Gredos, 1986.

SANTO AGOSTINHO *Confissões*. Trad. J. Oliveira Santos e Ambrósio de Pina. 14º ed. Petrópolis: Vozes, 1999.